

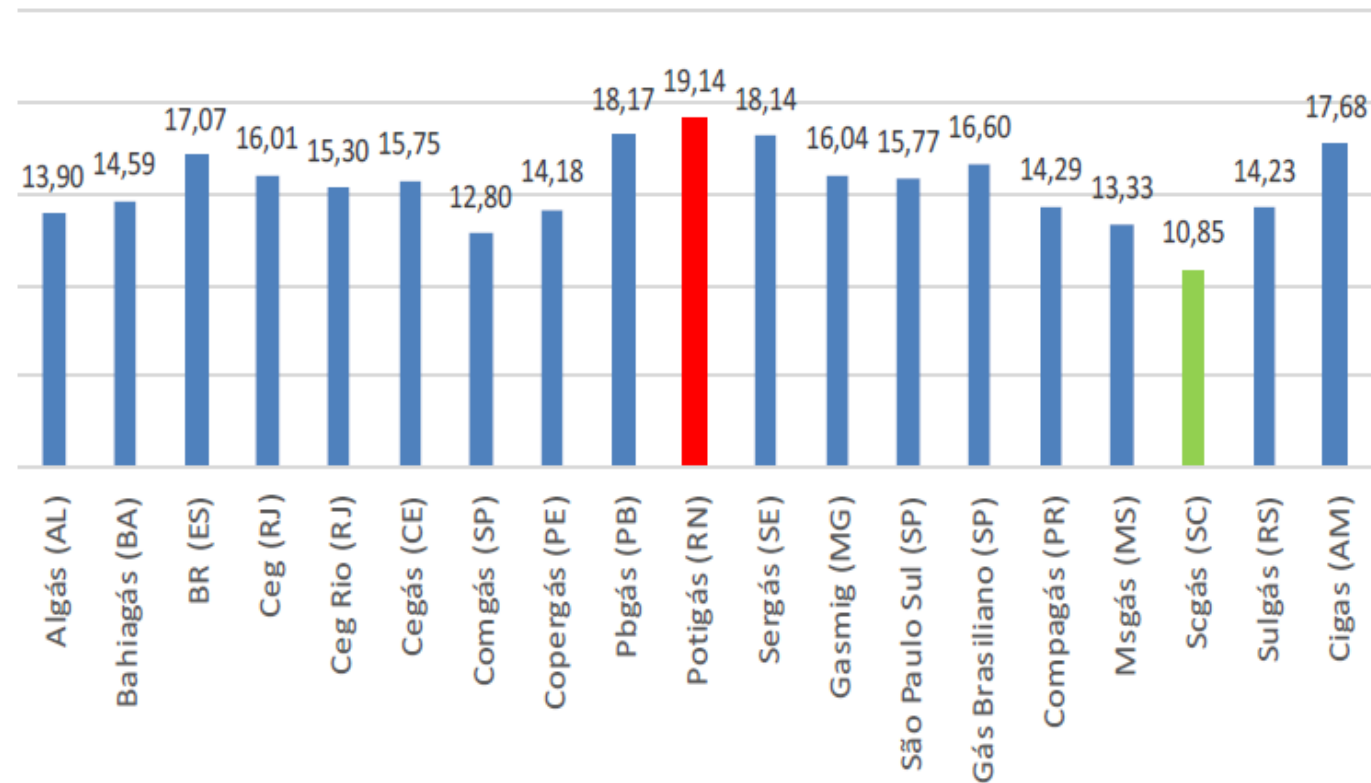
Gás natural: cenário para 2019

Momento de transição: potencial de redução dos preços para os grandes consumidores

Perda de tentáculos da Petrobras representará novo paradigma para o setor?

“O gráfico abaixo apresenta os preços de gás natural, vigentes em fevereiro de 2019, para o segmento industrial de consumo igual a 20.000 m³ por dia.”

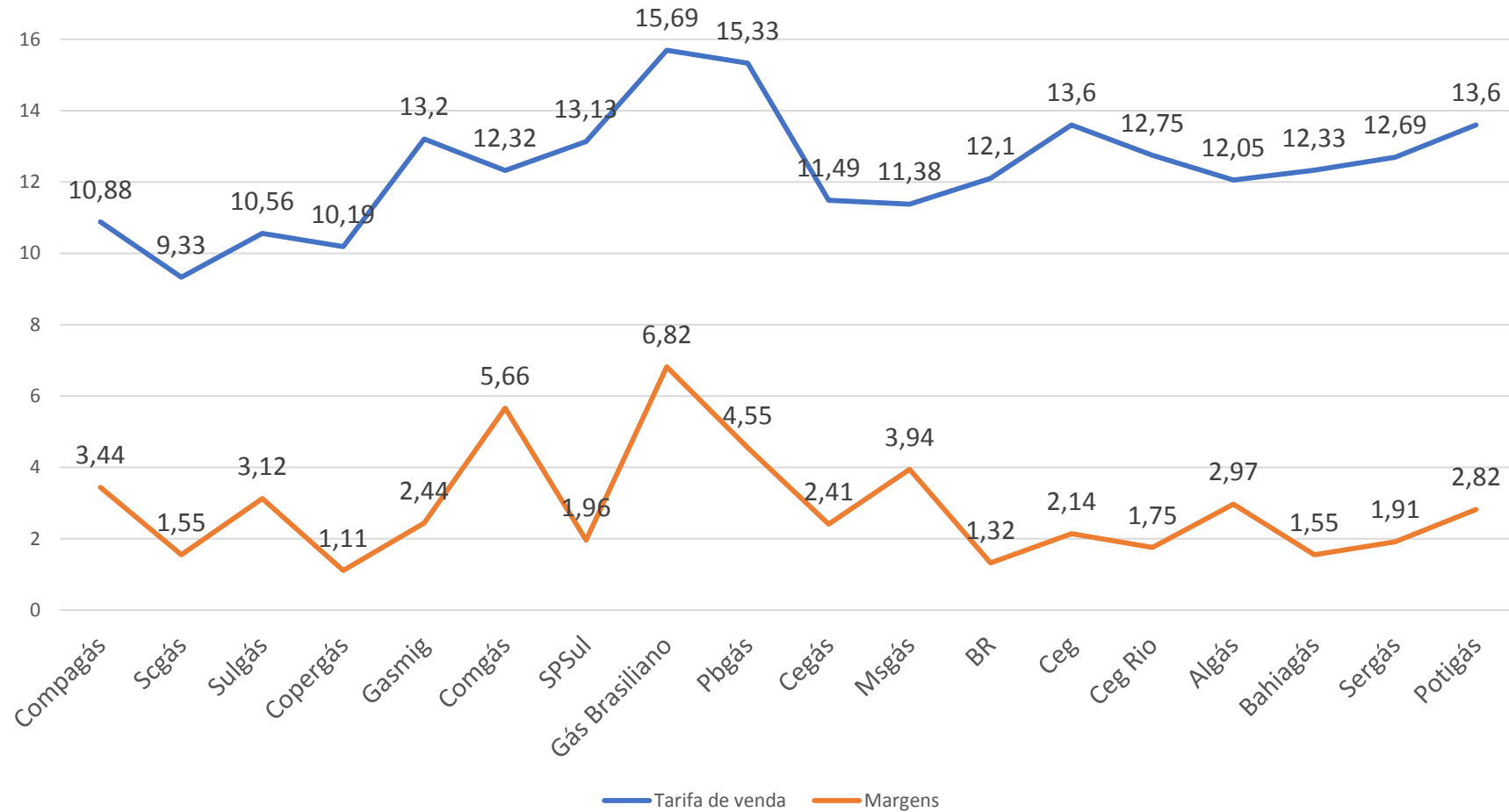
Industrial 20.000 m³/dia - US\$/MMBtu



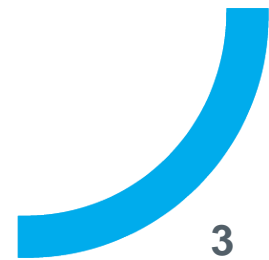
Fonte: Edição Nº 144 do BOLETIM MENSAL DE ACOMPANHAMENTO DA INDÚSTRIA DE GÁS NATURAL (Ministério de Minas e Energia, Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Departamento de Gás Natural)

O gráfico abaixo apresenta os preços de gás natural, vigentes em fevereiro de 2019, para o segmento industrial de consumo igual a 100.000 m³ por dia.

Preços do gás natural em fevereiro/19 (Ex-impostos e em US\$/MMBTU)



Dólar US\$ = R\$
3,723625



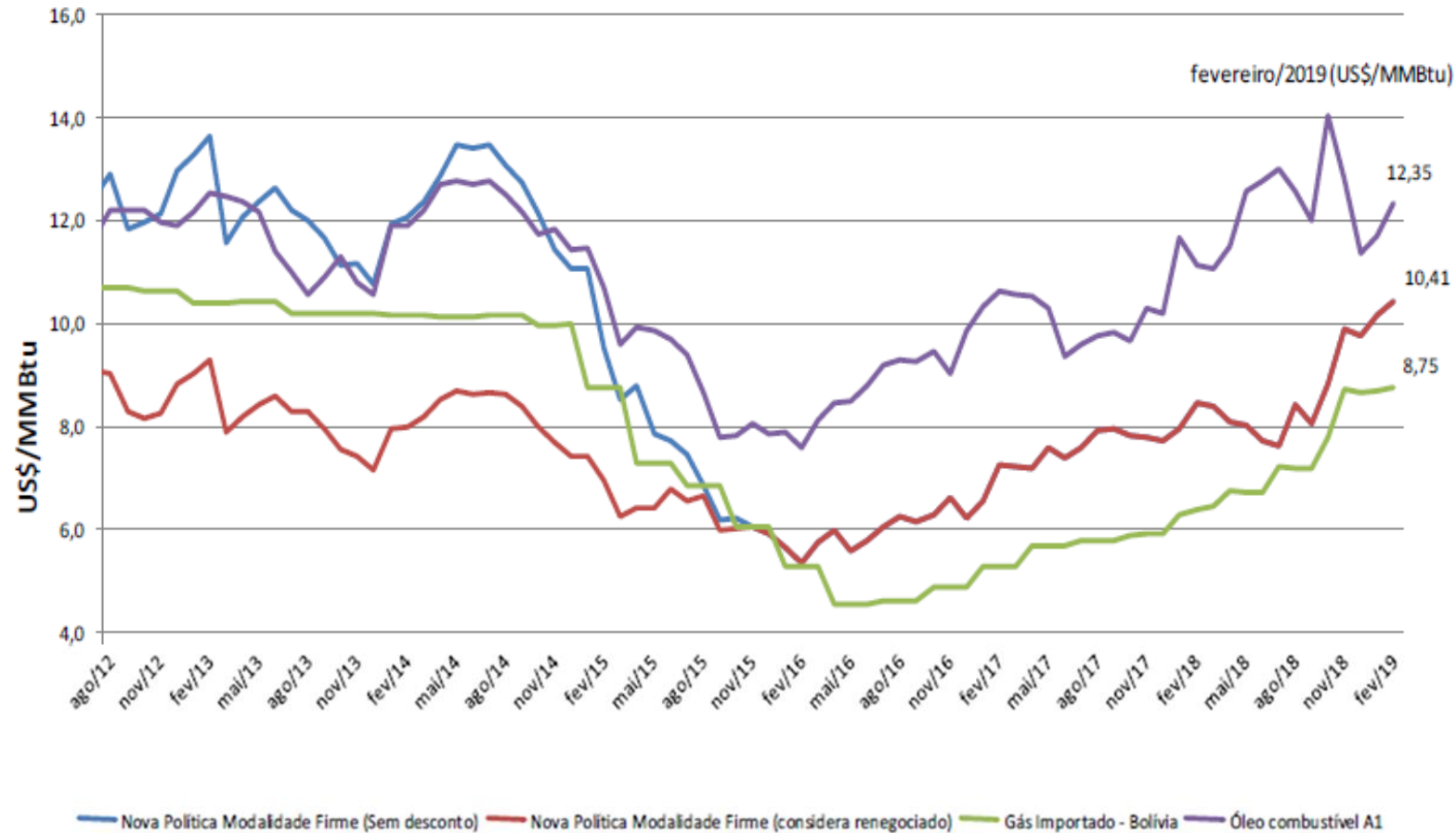


Composição de custos Valores aproximados

- Commodity
- Transporte
- Distribuição

Histórico de Preço do Gás Natural Petrobras para as Distribuidoras

O gráfico abaixo apresenta o preço médio do gás natural Petrobras para as distribuidoras, isento de tributos e encargos. O preço médio foi obtido por meio de média simples.



Fonte: Edição Nº 144 do BOLETIM MENSAL DE ACOMPANHAMENTO DA INDÚSTRIA DE GÁS NATURAL (Ministério de Minas e Energia, Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Departamento de Gás Natural)

A fotografia dos últimos 20 anos: Petrobras do poço ao posto



Petrobras responde por **95%** da produção

Petrobras participa de **todos dutos** de escoamento existentes

Petrobras controla **76%** da malha de transporte, mas **100%** da capacidade

Acionista em **20** das **27** empresas, que têm **52%** do mercado

Uma empresa é consumidora livre (térmica de Furnas no RJ)



Fotografia do futuro? Venda de ativos da Petrobras cria oportunidades



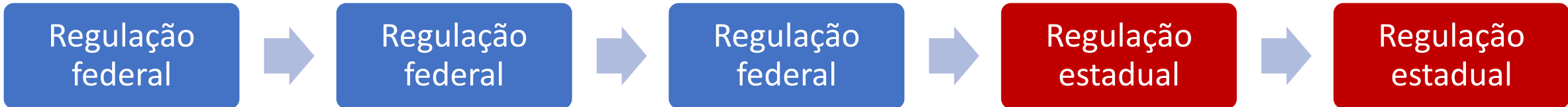
- **Produção** deve **subir 86%** até **2026** para **185** milhões de m³/dia
- **Gás do pré-sal** dobrará sua participação para **50%**
- **Mais de 30% da produção** deverá ser de **outras empresas**, como Shell, Total, Statoil, etc

- **Seis** novos terminais de GNL **poderão sair** do papel no SE e NE
- Programas que obrigam venda e carregamento por terceiros **poderão abrir mercado**
- Regulamentação do acesso de terceiros aos dutos de escoamento

- **90%** da malha Sudeste vendida para Brookfield
- **Malha** Nordeste vendida
- Petrobras ainda detém **51%** do Gasbol e **25%** da Transportadora Sulbrasileira de Gás

- Petrobras vendeu à Mitsui **49%** de participação nas distribuidoras
- **Estados como Pernambuco e Santa Catarina** **pretendem se desfazer**, a partir de modelagem do BNDES

Criação e viabilização do autoimportador, comercializador, consumidor livre, estocagem de gás, **figuras que hoje inexistem**






Commodity

Petrobras responde por 81% da produção nacional e por 99,8% da disponibilização da oferta nacional à malha de gasodutos de transporte. Essencial criar venda obrigatória de gás e capacidade



1

gas release programa em que a Petrobras tem de se submeter a programas de venda obrigatória de gás para favorecer a concorrência

2

Queremos fixar volumes de venda e de carregamento obrigatórios que terão de ser ofertados ao mercado

3

Nossa proposta veta o *self-dealing*, prática em que um agente de mercado transfere o produto entre subsidiárias verticalizadas, plantas de fertilizantes e térmicas, e os custos, independentemente de quais sejam, são repassados às tarifas finais

4

Queremos que o ingresso de novas empresas como Shell, State Oil, Total, e o livre acesso a terminais, criem maior concorrência, o que pode significar menores preços, mesmo com investimentos vultuosos para transportar gás do pré-sal



Risco: concorrência desleal também depende da inclusão no PL da proibição do *self-dealing*. Também é preciso colocar volumes de venda e carregamento obrigatórios no gas release.



Escoamento


Petrobras controla praticamente todo o acesso, o esforço é regulamentar o acesso de terceiros aos dutos, aplicando sanções a negativas de pedidos de usuários



1 Queremos que a Lei do Gás não seja mais omissa em relação à infraestrutura de escoamento, o que inclui as unidades de processamento de gás natural (UPGNs), terminais marítimos ou de regaseificação. A Petrobras hoje mantém direito de limitar o acesso a essas instalações e gasodutos, mesmo em caso de ociosidade. Em um contexto de produção associada ao petróleo, o aporte de grandes volumes de capital para escoamento do gás fica pouco atrativo, as empresas tendem a maximizar a reinjeção de gás nos reservatórios

2 Queremos regulamentação do acesso de terceiros a UPGNs e terminais de regaseificação: aplicação da essential facilities doctrine. A negativa de acesso a esse tipo de instalação pode impactar na concorrência a montante da cadeia

3 Solução de eventuais controvérsias pelo acesso de terceiros pela ANP - maior movimentação por parte de terceiros pode segregar o risco na cadeia, além de permitir o compartilhamento dos custos de escoamento do gás natural entre os agentes da exploração e produção, potencialmente reduzindo o custo unitário de disponibilização do gás natural no mercado



Risco: Queremos que o livre acesso seja de fato exercido e que as tarifas sejam adequadas para quem é usuário. Não há previsão de criação de um Operador Nacional do Sistema que fiscalize

Transporte

A venda de gasodutos a agentes privados não significa abertura automática a terceiros, uma vez que a estatal permanece com boa parte da capacidade declarada até fim dos contratos, que expiram em 2023, 2024, 2025 e até em 2043



1

Queremos acesso isonômico aos dados relativos ao transporte, capacidade e custos, ou seja, transparência total sobre os custos e os preços

2

Malhas Sudeste e Nordeste estão sendo vendidas, queremos que esses gasodutos ofereçam livre acesso aos usuários e que o gas release esteja atrelado à cessão de capacidade do escoamento e do transporte

3

Para estimular o ingresso de novos agentes na produção, defendemos no Congresso o compartilhamento das redes de escoamento – que transferem o gás das plataformas offshore para a rede de gasodutos terrestre –, com a cobrança de tarifas justas.

4

Audiência pública 016/2016 ANP: defesa do recálculo das tarifas pelo custo de corrupção (Gasbol e os gasodutos à venda ou vendidos foram construídos com sobrecusto, Operação Lava Jato)

Risco: muitos contratos dos gasodutos que estão sendo vendidos são de longo prazo, expirando na metade da próxima década, são contratos privados, ou seja, é fundamental que o gas release esteja atrelado à cessão de capacidade do escoamento e do transporte

Distribuição

PL e consulta pública sobre o Gasbol poderão impulsionar revisão sobre o segmento de distribuição e contribuir para a abertura do mercado, com novos players



1 Defesa no PL da abertura dos dados do setor e de criação de diretrizes nacionais da ANP para regular as agências reguladoras estaduais. Transparência é essencial para as revisões periódicas dos contratos de concessão estaduais

2 Gasbol expira em 31/12/19. Participaremos da consulta pública no primeiro semestre, que poderá trazer novas condições para importação do gás da Bolívia, com comercializadores, importadores e consumidores criando regras

3 BNDES conduz estudos para venda da participação de Estados em distribuidoras, como PE e SC, o que traria maior transparência



Estados estão resistentes a quaisquer mudanças na área de distribuição, mesmo na maior transparência de dados sobre o segmento. Petrobras ainda detém maioria nas 20 distribuidoras de que é acionista. Luta árdua para modificar retornos mínimos obrigatórios de 20% sobre os investimentos de grande parte das concessionárias conjugados com a inexistência de transparência e publicidade.

Distribuição

Regulação é estadual, ao contrário das outras etapas. Foco é harmonizar legislações e trabalhar com cada Estado para criar regras que incentivem o mercado livre diante das mudanças que virão. Contratos de concessão são problemáticos



Estado	Agência Reguladora	Contrato de Concessão Disponível	Nota Técnica	Consulta Pública	Audiência Pública
Rio de Janeiro	X	X	X	X	X
São Paulo	X	X	X	X	X
Santa Catarina	X				
Pernambuco	X	X	X		

Fonte: Yanna Clara Prade, IE-UFRJ

- A regulação não obriga as agências reguladoras estaduais a tornarem públicos os dados sobre o setor. PL busca mudar isso a partir de diretrizes nacionais de regulação criadas pela ANP




Mercado livre

Proposta no Congresso é destravar o mercado livre de gás, harmonizar legislações estaduais com o segmento, seja para auto importação, seja para aquisição de outros agentes além de distribuidores



Defendemos no PL que haja uma legislação nacional sobre o tema e que os Estados possam segui-la, de forma a eliminar as disparidades existentes:

- 1 Apenas dez Estados possuem regulação: SP, RJ, ES, MA, AM, MG, MS, MT, PE e SE
- 2 Há apenas um consumidor livre no Brasil: uma termelétrica de Furnas, contrato de janeiro 2012 firmado com a Petrobras
- 3 Em diversos Estados o limite mínimo de consumo diário para elegibilidade ao mercado livre não condiz com a realidade de consumo da indústria. Mínimo exigido em PE: 500 mil m³/dia ante mais de 100 mil m³/dia do maior consumidor do Estado
- 4 SC ainda não possui mercado livre oficialmente regulamentado. Em consulta pública sobre o tema promovida pela agência reguladora do estado, foram propostas regras semelhantes à de SP, incluindo o valor para o consumo mínimo (10 mil metros cúbicos por dia)
- 5 Em alguns estados, São Paulo, por exemplo, o consumidor livre pode adquirir o gás apenas do COMERCIALIZADOR

Desafio é a harmonização regulatória da distribuição nos estados e regulação do mercado livre. Como novos agentes acessarão os mercados locais de gás canalizado, é essencial que haja diretrizes nacionais para que as agências reguladoras estaduais façam um bom trabalho, norteadas pela transparência e isonomia, o que teria impacto sobre as revisões periódicas



Fotografia do futuro: potencial de ganhos



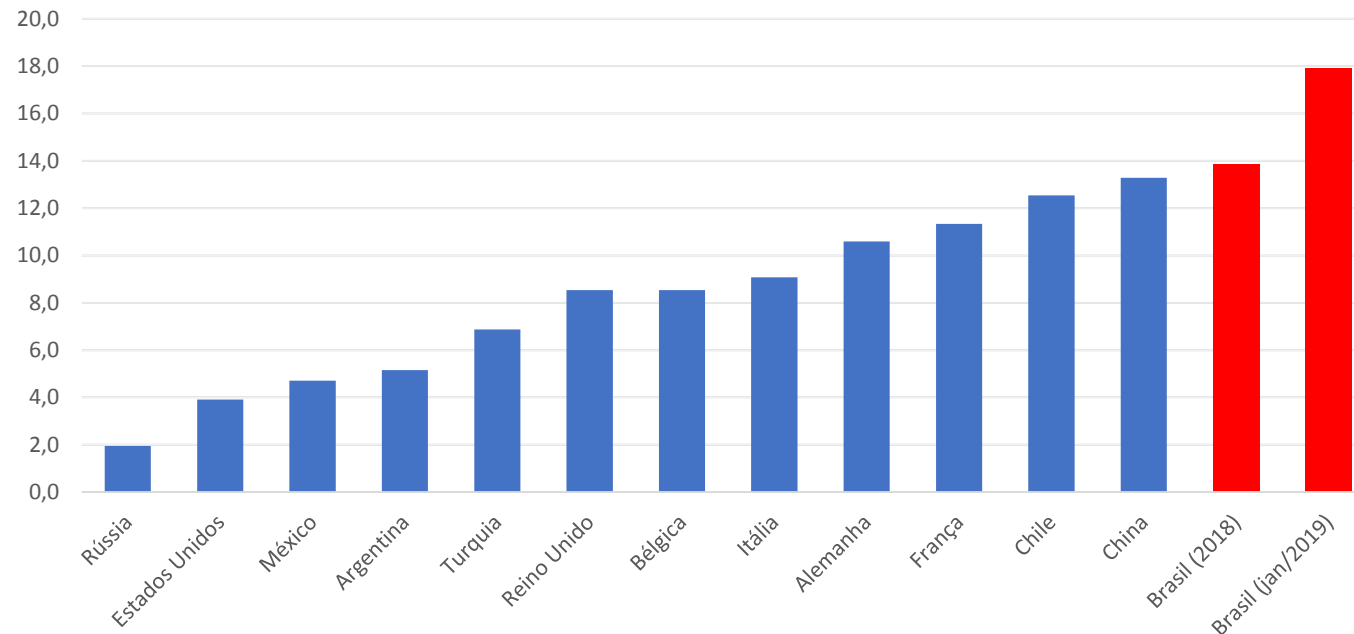
Potencial redução em cada etapa do gás natural com maior liberdade, destravamento do mercado livre e correção de rumos a partir das contribuições:

META: -50%



O Brasil é um dos países com maior preço de gás natural para o setor industrial

GÁS NATURAL (US\$/MMBTU)
Preço industrial, impostos inclusos



Preço no Brasil em 2018:

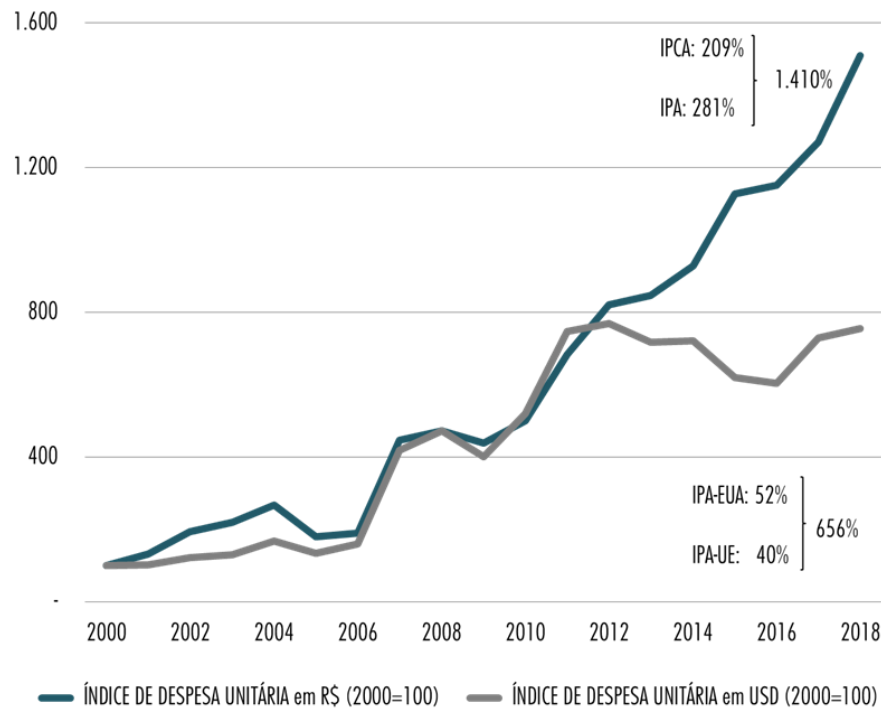
- 33% maior que a média europeia
- 7 vezes maior que na Rússia
- 3.5 vezes maior que nos EUA
- 2 a 3 vezes maior que Argentina, México e Turquia

Observações: Europa: média do primeiro semestre; Rússia: dado de 2017; China: GNL média agosto-dezembro 2018; EUA: média jan-nov 2018; Argentina: média 2018, México: média 2018, Chile: abril 2019, Brasil: média 2018

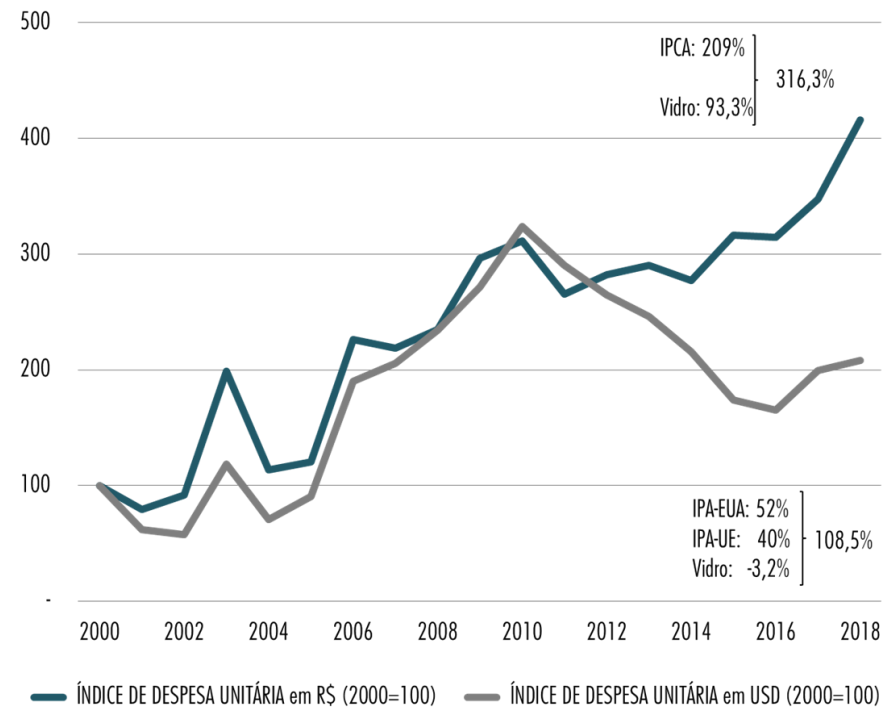


O custo unitário do gás natural para a indústria brasileira em geral e para a indústria de vidro em particular teve um aumento astronômico nos últimos 18 anos

Custo unitário com gás natural na indústria de transformação, Índice base 2000 = 100 e taxas de variação acumulada entre 2000 e 2018



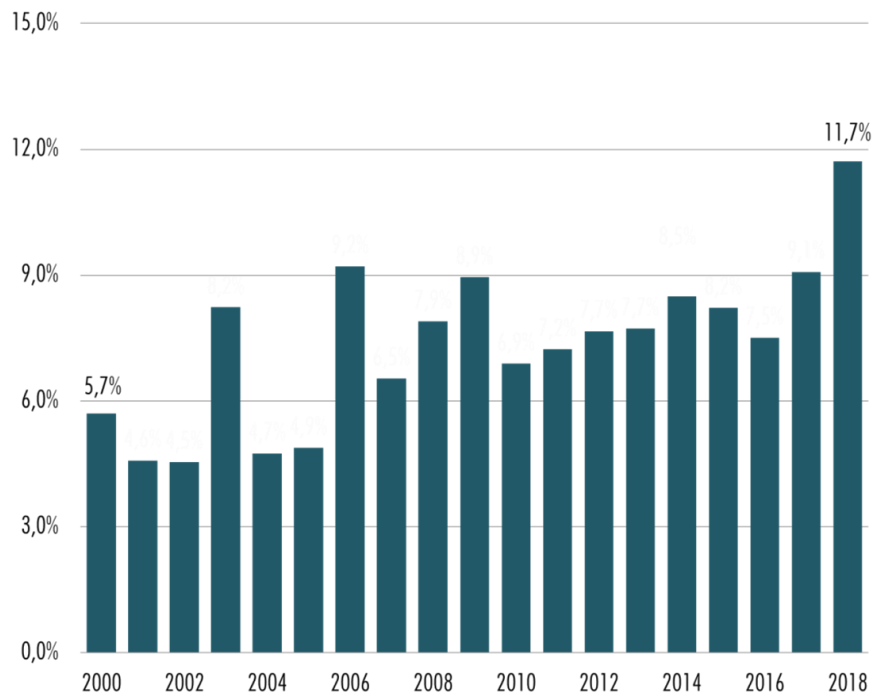
Custo unitário com gás natural na indústria do vidro, Índice base 2000 = 100 e taxas de variação acumulada entre 2000 e 2018



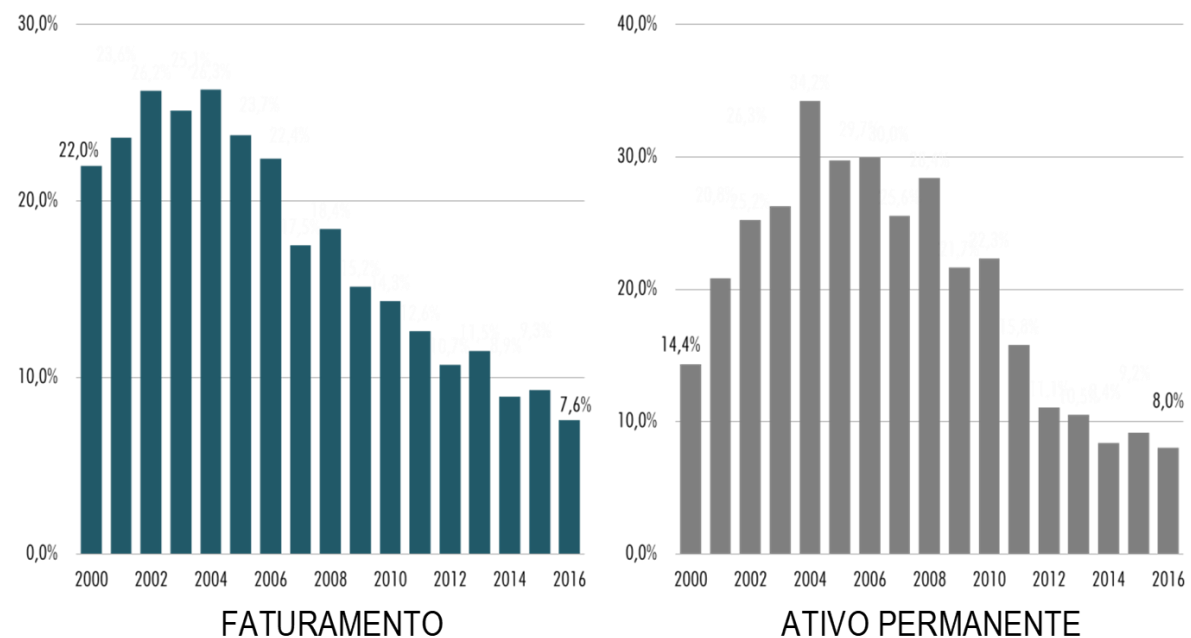
O impacto desse aumento de custo unitário se reflete na participação do gás natural nos custos totais e na rentabilidade da indústria de vidro – afetando negativamente os investimentos no país



Participação do custo com gás natural nos custos operacionais, Indústria do vidro, (%), 2000 e 2018



Excedente operacional bruto, indústria do vidro (% do faturamento e do valor do ativo permanente, 2000 e 2018)





Associação Brasileira das Indústrias de Vidro